

**Cargo: S01 - ADVOGADO****Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
31	'Apenas a União deve obedecer, exceto os Conselhos Profissionais'.	A Lei 10.522/02 é lei ordinária da união, fazendo regra apenas para o âmbito federal, com exceção aos Conselhos Profissionais por força da Súmula 583 do STJ. O edital prevê expressamente 'Fazenda Pública em Juízo', o que impõe o estudo da citada lei. De mais a mais, o citado artigo ainda foi transcrito na questão.	INDEFERIDO	-
32	'Os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 10 (dez) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da Lei 12.514/11 (R\$ 500,00)'.	Trata-se de conteúdo processual civil, na qual tem a previsão de 'Fazenda Pública em Juízo', no qual está inserida a mencionada lei.	INDEFERIDO	-
33	'Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente'.	Trata-se de conteúdo processual civil, na qual tem a previsão de 'Fazenda Pública em Juízo', no qual está inserida a mencionada lei.	INDEFERIDO	-
34	'Parcelamento e Parcelamento'.	O texto correto deveria ser: Com base no art. 151 do Código Tributário Nacional e na pacífica jurisprudência do STJ, são hipóteses de suspensão 'do crédito tributário' e interrupção do prazo prescricional, respectivamente. Por esta razão, a banca corrobora com os candidatos que defendem a anulação da questão e decide pelo deferimento.	DEFERIDO	ANULADA
35	'O fato gerador das anuidades é a existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício'.	Trata-se de conteúdo processual civil, na qual tem a previsão de 'Fazenda Pública em Juízo', no qual está inserida a mencionada lei.	INDEFERIDO	-
37	'Anuidades de Conselhos Profissionais; Imposto por Transmissão de bens Imóveis (ITBI) e Imposto Territorial Rural (ITR)'.	Em resposta ao recurso interposto, a banca considera o pedido improcedente tendo em vista que o gabarito divulgado está correto. A saber: Anuidade dos Conselhos - tributo federal lançado de ofício, pelo fato da Entidade elaborar unilateralmente, sem qualquer ajuda do contribuinte, o lançamento, nos termos do art. 149 do CTN.	INDEFERIDO	-

		ITBI – lançamento por declaração, uma vez que depende da informação prévia do contribuinte acerca do valor do bem a ser transmitido, nos moldes do Art. 38 do CTN. ITR – lançamento por homologação, já que o contribuinte declara e já procede ao pagamento, ficando subordinado a ulterior homologação por parte da Receita Federal, nos termos do art. 10 da Lei 9.393/96.		
39	'Réu; Réu; Réu'.	O rito da Consignação em Pagto é especial, diferenciando-se da regra geral nesse ponto. Nos moldes do CPC e da assentada jurisprudência do STJ (REsp 901.415/SP, DJe 05.09.2008)  'A Primeira Seção firmou entendimento de que, mesmo sendo extinto o feito sem julgamento do mérito, os depósitos para suspensão da exigibilidade do crédito tributário devem ser convertidos em renda da Fazenda Pública e não levantados pelo contribuinte'. Esse é o pacífico entendimento do STJ desde 2008, como se extrai do REsp 901.415/SP e REsp 929.782/SP. Os recursos apontaram decisões já superadas.	INDEFERIDO	-
41	I, II, III e IV	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a resposta correta da questão é a alternativa que apresenta I, II e III como corretas, alterando assim o gabarito anteriormente divulgado. A questão se limitou a apontar matéria acerca de 'erro substancial', em que pese os artigos 139 e 140 estarem capitulados no mesmo título no Código Civil.	DEFERIDO	I, II, e III estão corretas
42	'Que tenho havido acordo entre as partes do contrato de locação, sem a sua anuência, importa na sua exoneração'.	Nos termos do art. 819 do Código Civil: 'A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva'. O gabarito está correto.	INDEFERIDO	-

**Cargo: S01 - ADVOGADO**

**Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
43	A responsabilidade administrativa é de ordem disciplinar, pois é reconhecida quando o servidor pratica conduta violadora de alguma proibição funcional ou quando deixa de observar dever funcional próprio do cargo público em que foi investido.	Cada estatuto funcional, em qualquer dos níveis federativos e em qualquer dos Poderes da República, normatiza o regime disciplinar de seus servidores, mormente enumerando os deveres e as proibições funcionais, além de elencar as penalidades administrativas aplicáveis, no caso de transgressão daquelas normas funcionais.  A responsabilidade funcional, administrativa, disciplinar não se confunde com a responsabilidade penal, nem com a responsabilidade	INDEFERIDO	-

		<p>civil (indenizatória).</p> <p>Portanto, é correto afirmar que o servidor público poderá ser responsabilizado funcionalmente quando incidir nos casos de violação das proibições ou descumprimento dos deveres funcionais, o que lhe acarretará penalidades de índole administrativa, aplicáveis pela autoridade competente local, após lhe serem asseguradas as garantias constitucionais, tais qual a ampla defesa e o contraditório.</p> <p>A responsabilidade administrativa do servidor público não se confunde com as outras instâncias de responsabilização, donde se extrai que os níveis de responsabilização não interdependentes e, por isso mesmo, acumuláveis.</p> <p>Não há que se falar em responsabilidade direta em face do servidor público. A jurisprudência do STF no julgamento do RE 327.904/SP afastou a legitimidade passiva do agente público para responder pelos danos causados no exercício de sua função típica. Isto porque, ao possibilitar a ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, estaria assegurada ao lesado a possibilidade praticamente certa de ver ressarcido o dano sofrido.</p>		
44	Ficará o servidor público, obrigatoriamente, afastado do seu cargo, em emprego ou função, sem percepção de sua remuneração, durante o prazo do mandato eletivo federal..	<p>Regime jurídico único consta no conteúdo programático do edital do concurso.</p> <p>De fato, durante o prazo do mandato eletivo federal, o servidor deixará de receber a remuneração do seu cargo efetivo, ficando recebendo a remuneração do respectivo cargo eletivo federal.</p>	INDEFERIDO	-
46	A descentralização administrativa pode ocorrer no processo constitucional de criação de um Território federal.	<p>A questão formulada apresenta uma única opção correta.</p> <p>Uma das espécies de descentralização é a política, pela qual a União poderá, mediante procedimento previsto no texto constitucional, criar Territórios federais, que possuem a natureza jurídica de autarquias.</p> <p>A descentralização administrativa não origina a criação de órgãos, mas sim a transferência de serviços públicos para outras pessoas jurídicas, o que pode ocorrer com a criação de entidades da Administração Pública indireta, por exemplo.</p> <p>A desconcentração administrativa, pela qual são criados novos órgãos públicos, pode ocorrer tanto na esfera da Administração Pública direta, quanto na indireta.</p>	INDEFERIDO	-
47	Os estrangeiros, mesmo que não residentes no Brasil, possuem direitos	<p>A resposta apresentada está devidamente correta.</p> <p>O <i>caput</i> do art. 5º faz referência expressa somente a brasileiros (natos</p>	INDEFERIDO	-

	e garantias fundamentais, pelo fato de estarem no território brasileiro.	ou naturalizados, já que não os diferencia) e a estrangeiros residentes no País. Contudo, a esses destinatários expressos, a doutrina e o STF vêm acrescentando, mediante interpretação sistemática, os estrangeiros não residentes (por exemplo, turistas), os apátridas e as pessoas jurídicas.		
48	- É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.	A questão formulada está devidamente prevista no edital do concurso, girando em torno do trabalho do menor. Conseqüentemente, não há que se falar em anulação. A opção correta está contida literalmente no Art. 403, da CLT.	INDEFERIDO	-
49	O depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar	A questão formulada consta no edital do concurso, no que concerne ao processo judiciário do trabalho. Recursos, a opção correta está contida no disposto do Art.899, § 7º, da CLT, literalmente.	INDEFERIDO	-
50	De polícia.	As duas opções apresentadas, embora idênticas, não constitui prejuízo ao candidato, pois a alternativa correta, inegavelmente, gira em torno do poder de polícia.	INDEFERIDO	-